

Sarney, da defesa à distância do Planalto

"A política é dinâmica." Nem nova nem original, esta frase permeou ao longo de 30 anos a carreira política do ex-presidente do PDS, senador José Sarney, que passou a enunciá-la com mais insistência nos últimos tempos. Desde o Maranhão, militando em sua política regional, Sarney confirma essa dinâmica, pelo menos na interpretação de seus adversários. Iniciado no extinto PSD pelas mãos do senador Vitorino Freire, teve nesse cacique político seu primeiro adversário ferrenho quando buscava a hegemonia política no Estado. Vivenciado em três eleições — na primeira, em 54, ficou como terceiro suplente — o jovem e experiente deputado federal José Sarney transformou-se em ude-nista para concorrer ao governo estadual, recebendo o apoio do presidente Castello Branco. Respirou profundamente os ares da Revolução. Curiosamente, seu adversário na época foi o então deputado Renato Archer, o grande amigo de Ulysses Guimarães com quem terá agora de conviver, até que a dinâmica da política os separe.

Em suas declarações, costuma refletir essa postura transitória da vida política. Mas, embora quase sempre certo em suas transformações, suas previsões nem sempre atingem o alvo. Em 1971, senador recém-eleito pela Arena, declarou que o AI-5 era transitório e seus efeitos cessariam breve. A transição perdurou por mais oito anos.

Apesar de se valer desses dispositivos de arbítrio, Sarney entendia que a revolução havia favorecido o surgimento de novas lideranças — como a dele, por exemplo. Em 1974, porém, com a derrota da Arena nas eleições gerais, passou a propor renovação de lideranças e intensificação da atividade política, argumentando que "o crescimento econômico não se faz sem desenvolvimento político". A eleição, em sua opinião, "foi uma vitória política do governo e uma derrota eleitoral do partido que lhe dá apoio". Defendia, com vigor, o ponto de vista do governo militar.

No episódio da convocação do então ministro da Justiça, Armando Falcão, pelo MDB, para depor sobre os direitos humanos no País, Sarney reagiu à tentativa "de transformar o Congresso num tribunal de exceção contra a revolução e contra a conduta das Forças Armadas". No mesmo discurso, definiu que "a vocação da revolução sempre foi a democracia", mas disse que os governos revolucionários não tinham culpa por não tê-la atingido. Entendia, ainda, que a liberdade no País era patente, pois os debates parlamentares passaram a ser divulgados pela imprensa.

Sempre defendeu a alternância no poder. Previa, no entanto, que se o MDB conquistasse a maioria da preferência popular nas urnas estaria "aderindo à ordem revolucionária vigente".

"O MDB condena o quê?" — perguntou. "Temos uma Constituição que o MDB jurou, ainda que ressalvando o AI-5. O regime é da lei, temos uma estrutura legal e há um arcabouço jurídico que configura o Estado social de Direito."

De fato, seu pensamento político sempre se ateve à realidade do poder ou à perspectiva do poder. Lembrava que os partidos, "inclusive em âmbito internacional, primam pelo pragmatismo, abandonando suas posições ideológicas". Neste ponto, foi bastante coerente: após audiência especial com o presidente Ernesto Geisel — a quem atribuiu "grandes convicções democráticas" —, respondeu a um jornalista que a divisão da Arena no Maranhão não impediria sua vitória no pleito municipal de 76. E citou Churchill: "Antes um mundo dividido que um mundo destruído".

Um ano depois, ao combater a tese de prorrogação de mandatos dos governadores, José Sarney afirmou que, "na democracia o fundamental é o voto e qualquer fórmula que impeça sua manifestação seria o fim de qualquer processo de desenvolvimento po-

lítico". Ele temia que o adiamento das eleições gerais de 78 para 80 pudesse motivar ainda mais a campanha oposicionista, que faria de tudo para eleger a maioria do Congresso e antecipar assim o resultado da eleição presidencial de 1984. Já não defendia tão vigorosamente a alternância no poder.

Afirmou, também, que "a democracia está difícil no Brasil porque há um complô de radicais ensinando a desaprendê-la". Condenou ainda a já lésa da Constituinte, "como antigo hábito do Partido Comunista", pois advo-gava a idéia do general Geisel, que pretendia institucionalizar a revolução, até incorporando o AI-5 à Constituição.

Foi o mesmo Sarney, entretanto, um dos primeiros governistas a levantar a voz contra a continuação do arbítrio, em janeiro de 1978. A nova postura vinha impulsionada pela intensa convivência com o grupo palaciano, tendo conhecimento prévio dos passos da abertura ali engendrados, enquanto no Maranhão seu grupo festejava a indicação do chefe do SNI, general João Figueiredo, para ocupar a Presidência. Seus elogios ao nome vinham de seis meses antes.

Reelegeu-se com 64% dos votos dos maranhenses, a maior vitória da Arena em todo o País. Passou a reivindicar, então, que o futuro governo consultasse mais os políticos, mas evitou ferir certos dogmas do regime, como a persistência no modelo econômico: "Não se deve mudar o que está dando certo".

Pouco depois de iniciado o novo governo, anunciou a volta da eleição direta dos governadores e emitiu seu conceito de que "as eleições diretas são muito menos manipuladas que as indiretas".

Meses depois, no entanto, esquivou-se estrategicamente de responder às insistentes perguntas sobre as eleições diretas para a Presidência, porque "não fazem parte da plataforma do partido". Apesar dessa defesa indireta, aconselhava a Nação a acreditar "cada vez mais no processo de abertura".

Incumbido de ouvir as bases do PDS que surgia, Sarney entendia que as divisões entre os governistas eram "episódios naturais" e explicava que, "sendo democrático, o partido possui grandes afirmações pessoais que desejam se colocar". Ainda não contava com a avalanche de "afirmações pessoais" de um só político, Paulo Maluf. Equívocou-se, da mesma forma, quando garantiu que o presidente Figueiredo "jamais permitirá que se crie clima propício à implantação de uma crise institucional".

Depois da eleição de 82, comentando a próxima sucessão presidencial, Sarney foi enfático: "O partido permanecerá unido em torno de sua liderança e não abdica do comando e da orientação do presidente". Quando o debate se intensificava, sustentou "não ser possível renunciar à maioria pedesista no colégio eleitoral". A herança da coordenação da sucessão, após a renúncia de Figueiredo, levou Sarney a estabelecer seu primeiro objetivo com firmeza: desarticular o Grupo Pró-Diretas para "fechar o partido em torno das indiretas". Afirmou, ainda, que a campanha nas ruas, intensa àquela altura, "não tem objetivo e não leva a nada".

Em fevereiro, pela primeira vez falou sobre a Vice-Presidência, mas não se colocou candidato: "Não vou disputar com outros". Ainda pretendia a unidade partidária. Mas no mês passado afirmou que disputaria o cargo na convenção do PDS sem se vincular a nenhum candidato. "Se for do interesse do meu partido, do Nordeste e do Brasil, eu disputo."

Uma semana depois dessa declaração, renunciou à presidência do PDS. Além do partido, do Nordeste e do Brasil, havia outro interessado na Vice-Presidência. E, afinal, não só a política, mas também os políticos são dinâmicos.

Sávio de Tarso



Sarney, agora com o PMDB que sempre combateu

Arquivo